

Federação Nacional dos Professores



# Professor Actor de Mudança



[www.fenprof.pt](http://www.fenprof.pt)

# JORNAL DA FENPROF

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

DIRECTOR: Paulo Sucena Nº 184 MARÇO 2003 €0.50



Caderno Especial

Direcção e Gestão das Escolas

Defender e Aprofundar a Democracia na Gestão Escolar

Depoimentos e Propostas

## Professores portugueses são os mais bem pagos da Europa?

Distribuição gratuita aos docentes sindicalizados



Págs.6 e 7

A propósito de uma anunciada revisão da LBSE  
**Novos desafios para enfrentar**

Pág.4



**DUAS PALAVRAS**

# Chamar os bois pelos nomes

**A**manhã será o último dia para a diplomacia funcionar”, titulava o «Público» de 17 de Março, informando que Bush tinha deixado claro, na base aérea das Lajes, que “amanhã será o momento da verdade para o mundo”.

O dia seguinte era dia de o Conselho de Segurança da ONU votar uma segunda resolução sobre o Iraque. Objectivo de George W.: “criar, o mais rapidamente possível, uma autoridade interina para analisar as capacidades do povo iraquiano para reconstruir a sua nação”. Para alcançar tão benemérito desiderato, o xerife de Washington espera que “a ONU faça o seu trabalho”. Caso contrário, “temos que tentar levar as Nações Unidas a funcionarem melhor”.

Estava, assim, formalizada a declaração de guerra: a Iraque e à Organização das Nações Unidas. Mas não era de todo necessário esperar pela realização do conselho de guerra açoriano para concluir que com papas e bolos se enganam os tolos. Desde que os tolos estejam na disposição de se deixarem (continuar a) enganar...

Primeiro vieram com as ameaças do eixo do mal. Depois atiraram com a crueldade de Saddam e com a luta pela democracia contra a tirania. Vagamente, lá foram desencapotando interesses petrolíferos...

E o povo, mais e menos esclarecido, mais e menos politizado, lá foi concedendo que, sim senhor, há por aí uns países à margem das normas civilizacionais; que o homem de Bagdade é um malfeitor desequilibrado; que os países promotores da guerra têm interesses financeiros na coisa, como têm os que promovem a paz; que e mais que...

Acima de tudo, que a paz é possível; a paz, a paz... Tudo politicamente correcto, com muito cuidadinho para não ferir a susceptibilidade dos EUA — alguém ouviu alguém dizer-se contra a guerra porque era contra os EUA?

Pois bem, hoje apetece-me ser incorrecto. Ser contra os EUA — que não contra o povo dos EUA (mais e menos esclarecido, mais e menos aterrorizado com Setembro e com os outros meses do ano) —, contra o que representa a “elite genocida” da Casa Branca (já lá irei), contra o que significa a política externa (e interna, para infelicidade de muitos cidadãos dos EUA) de Washington.

Todos os membros da elite genocida têm patologias particulares: Colin Powell, a capacidade para fabricar provas que justifiquem as matanças; Condoleeza Rice, o apego ilimitado ao poder a qualquer preço; Donald Rumsfeld, a frustração de nunca ter sido mais do que um medíocre não

combatente; Paul Wolfowitz e Richard Perle, o ódio visceral aos palestinos e árabes e a adesão incondicional às limpezas étnicas israelitas e ao terror. O que importa a esta elite genocida não é o petróleo nem Wall Street, mas o poder ilimitado e a dominação mundial [Petras].

O National Strategy Report de Outubro passado explica ao pormenor que, tendo em vista que os EUA dispõem de um poderio de violência maior do que o resto do mundo junto, deve usá-lo para garantir o domínio mundial. Está escrito — inclusivamente, propondo uma actuação preventiva, para que ninguém desafie esse poder. O objectivo é que o mundo tenha medo, e uma forma de o conseguir é atacar um país indefeso [Chomsky].

É verdade, há respeitáveis cidadãos dos EUA, como James Petras, que divergem dos manuais fernandes do mundo. Que interpretam a doutrina imperialista norte-americana e a denunciam, como Noam Chomsky.

É preciso é que os tolos não aceitem todas as papas e bolos com que os querem comer. E talvez começar a chamar os bois pelos nomes, que os têm...

Finalizo citando Petras: “A guerra que se aproxima não é apenas uma conquista imperial, mas também um conflito entre a barbárie e a civilização, cujos resultados e consequências não se limitarão ao desenlace militar no Iraque. Estamos perante uma confrontação histórica entre os partidários do genocídio e a oposição florescente de milhões de seres humanos (...) Não é possível estabelecer compromisso algum; este confronto não terminará enquanto não se chegar a um destes resultados: ou o mundo abraça uma civilização limpa de imperialismo, genocídio e limpezas étnicas, ou descendermos ao inferno de um mundo governado por psicopatas genocidas que consideram a guerra como meio para a dominação perpétua (...) A grande confrontação terá lugar. Estamos a viver a história. Creio que ganharemos. Não com a fé do visionário, mas com a convicção de que a nossa luta representa o melhor do género humano”.

**António Baldaia**

P.S.: Saddam Hussein, é claro, respondeu imediatamente ao conselho de guerra: o Iraque está preparado para o combate; os iraquianos disponibilizam-se aos milhares para o martírio face à agressão do Ocidente — coitado do Saddam; coitado do Iraque; mas sobretudo, coitados dos iraquianos...



[www.escolanova.com](http://www.escolanova.com)

## 1º CEB: propostas e soluções da FENPROF e da CONFAP

**No século XXI, num país da União Europeia existem escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico “construídas” em madeira. Um significativo número de escolas deste ciclo da escolaridade básica se fosse visitado pelos serviços de saúde pública, teria que encerrar, porque não possui as mais elementares condições de higiene e habitabilidade. Algumas destas situações podem ser vistas em [www.escolanova.com](http://www.escolanova.com)**

**O site, agora renovado, foi apresentado recentemente em Mafra com a presença de representantes da CONFAP e da FENPROF. Quando exercia as funções de deputado na Assembleia da República, David Justino tinha propostas para o 1º Ciclo do Ensino Básico. Apresentou-as sob a forma de proposta de lei. Agora, que é Ministro da Educação, que é feito dessas propostas ? A FENPROF e a CONFAP têm soluções. Importa que o país as conheça. Tudo isto em [www.escolanova.com](http://www.escolanova.com)**

## SUMÁRIO

### Novos desafios para enfrentar

A propósito de uma anunciada revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo

Abel Macedo

4

Professores portugueses são os mais bem pagos da Europa?

Só por ligeireza de análise

Quadros esclarecedores

Mário Nogueira

6

### Avaliação do desempenho docente

O que move o M.E. não move os Professores

8

### Direcção e Gestão das Escolas

Defender e Aprofundar a Democracia na Gestão Escolar

Depoimentos e Propostas

Caderno Especial

9

### “Professor, Actor de Mudança”

Mote para a campanha de defesa e afirmação da Escola Pública e de reforço do prestígio profissional e social dos docentes

33

### Tabelas salariais da Função Pública:

Nova acção de propaganda do Governo

35

### Neoliberalismo com as garras de fora

Foi você que pediu um fundo de penhores?

Óscar Soares

36

### 25 anos do Sindicato dos Professores da Madeira

Entrevista com Júlia Caré, presidente do SPM

37

### Coimbra 2003 acolhe

Festival de Guitarra

39

# A propósito de uma anunciada revisão da LBSE

## Novos desafios para enfrentar

**D**avid Justino anunciou há algum tempo a intenção do seu governo de vir a proceder a uma revisão rápida da actual Lei de Bases do Sistema Educativo. Usando uma linguagem muito do agrado deste governo, é sabido que alguns dos mísseis que este pretende lançar sobre o sistema, as escolas e os professores, precisam, para surtirem efeito, que sejam abatidas algumas estratégicas defesas anti-aéreas consagradas na lei actual.

Para tal, a estratégia é muito simples: decide-se unilateralmente o ataque, acobertado pela maioria absoluta que sustenta os actuais governantes e que vem legitimando todas as discricionariedades que o poder central se arroga o direito de implementar.

Simple, rápido e eficaz, pensam os homens e as mulheres que detêm a rédeas de um poder que não lhes passa pela cabeça ser transitório.

E é assim que uma lei, que em 1986 resultou de um dos mais exemplares exercícios de democracia participativa de que há memória neste país, com o poder legislativo da época a ter a humildade democrática de respeitar os muitíssimos contributos que apareceram um pouco de todos os lados, numa preocupação grande de obtenção dos mais amplos consensos, dá lugar (se prevalecer a estratégia de DJ e do seu governo) a um precipitado, semi-clandestino processo de imposição de intenções, de silenciamento de opiniões, de precipitadas conclusões, relativas a um documento legal de importância estratégica fundamental para o futuro do país.

E, no entanto, quem olhar interessada e conhecedoramente para as diversas possibilidades de alteração da lei vigente, percebe, sem esforço algum, que algumas das opções a equacionar são credoras de um muito amplo debate até se atingirem soluções que possam ser consequentes também pelo alargado consenso que possam registar a partir de ângulos de análise diferenciados e até com pressupostos ideológicos de díspares matizes.

Desde logo a organização do sistema educativo, a sua divisão por ciclos de escolaridade, do espaço da educação pré-escolar até ao ensino superior, os diferentes regimes de docência, as soluções organizativas para as escolas que os al-



bergam, a definição de habilitações para a docência aos diferentes níveis, entre outros aspectos que não cabem neste artigo, mais virado para as metodologias de discussão do que para a análise de pormenor das diferentes saídas possíveis. Tudo isto nos mostra a necessidade de recusar processos de discussão acelerada e, pelo contrário, defender e procurar a sedimentação lenta e cautelosa de opiniões fundamentadas e conhecedoras.

Também o papel da escola, para além da chamada educação formal, deve ser trabalhado de forma séria, com a preocupação de como contribuir decisivamente para a formação de activos, nas suas vias de ensino recorrente, no seu papel alfabetizador de adultos, para além de outras modalidades especiais ou extra-escolares de educação, reequacionando-se as soluções organizativas existentes na perspectiva de atingir o democrático objectivo de elevar a formação média dos cidadãos portugueses.

O decisivo domínio da administração escolar, que vai desde a descentralização (ainda por fazer) do sistema educativo, da devolução de poderes do centro para a periferia do sistema, até aos princípios basilares da gestão escolar, da sua democraticidade e qualidade da participação dos diferentes actores sociais que aí se movimentam, é um dos palcos centrais da luta ideológica que há que travar, sendo talvez a pedra de toque de tudo o que o governo pretende fazer para trazer para a educação as regras de mercado que concebe como essenciais para a elitização do sistema

escolar que tanto almeja.

Outra área decisiva no quadro de revisão da LBSE é a delimitação dos sectores público e privado de educação, nos vários graus de ensino, sabendo-se desde já que o que se visa é o ainda maior favorecimento do segundo relativamente ao primeiro (embora no público também se procure instalar internamente o mercado da concorrência), desvalorizando ainda mais o papel da escola pública, o mesmo é dizer, empobrecendo as possibilidades de a escola tentar ser um factor de correcção de assimetrias sociais e, conseqüentemente, da promoção de igualdade de oportunidades numa sociedade onde florescem novas formas de exclusão.

O quadro é, sem dúvida, complexo e exigente. É exactamente por isso que, a par de nos caber trabalhar muito para a obtenção de boas soluções nesta revisão, temos que colocar, paralelamente, a exigência de uma metodologia de discussão aberta e plural, e que esta se faça num tempo que permita trabalhar positivamente a diversidade de propostas que aparecerão naturalmente logo que o processo seja iniciado.

Tal como em 1986, a FENPROF entrará neste processo com opiniões próprias e com a firme determinação de levar os professores a lutar pela defesa das grandes conquistas que Abril trouxe para a escola democrática e que estão na mira do neoliberalismo galopante que vai assolando este país. ■

**Abel Macedo**

Membro do SN da FENPROF  
Coordenador do Grupo de Trabalho para a Lei de Bases do Sistema Educativo

## EDITORIAL

# Em tempos de advérbio

**V**ivemos tempos de múltiplas tensões, sufocantemente dispersas por sinuosas vertentes onde se jogam a dignidade, a honra, o futuro de milhões de humanos, afirmando as suas vidas em dias difíceis sob uma abóbada global que tripudia sobre o respeito pelo trabalho, pela estabilidade de emprego e pelos mais elementares direitos dos trabalhadores, tudo isto debaixo de uma brutal ameaça de guerra cujas conseqüências geográficas são imprevisíveis.

É um tempo de devastação em que os princípios fenecem para dar lugar ao rebentar dos ódios, dos egoísmos, dos interesses mais mesquinhos, das atitudes mais vis. Todos nós verificamos isto com amargura e raiva, nos microcosmos onde quotidianamente construímos a pulso as nossas vidas.

Deixarmos grassar o desencanto, a indiferença ou a desistência no humus de onde e sempre deveríamos arrancar a força, a determinação e a confiança para edificarmos o futuro é empobrecer a nossa condição de humanos e ajoelharmos perante o *império* dos poderosos, postergando a nossa cidadania perante os seus mais mesquinhos interesses - da ganância do lucro ao reforço das fortunas passando pela domesticação do nosso pensamento ou não estivéssemos na "era" da tentativa de imposição do pensamento único.

O universo da educação não é imune ao clima que se vive e por isso nele se reflectem todos os malefícios destes tempos de advérbio que nos momentos oportunos surge de forma ora sonsa ora demagógica a modificar a (aparente) significação do verbo ministerial e até do adjectivo como poderíamos exemplificar com muitos casos mas porventura bastarão o da brutal e iníqua redução de vagas nos quadros de escola e de zona pedagógica e o da imposição do "director executivo".

Os educadores e professores terão que ser criadores de alegria, subtis artífices dos caminhos do futuro, promotores da cidadania, dinamizadores da equidade e de sólidos princípios éticos, provocadores do espírito crítico, iluminadores da esperança, da confiança e da solidariedade entre os humanos. Quero com isto dizer que em tempos destes o perfil humano e profissional dos docentes se deve agigantar porque eles detêm decisivas acendalhas que ao alumiarem a adversa noite que atravessamos tornam simultaneamente mais claro o amanhã dos alunos com que trabalhamos. Nesse sentido a dimensão ética deve atravessar os padrões da nossa mais alta profissionalidade conduzida pela razão e pela prática mais tenazes em defesa da integridade das crianças e dos jovens



**Paulo Sucena**  
Secretário Geral  
da FENPROF

e do seu direito ao acesso a uma cidadania plena, solidariamente afirmada numa sociedade de justiça social.

Vou explicitar o apelo que desde o início deste editorial venho esboçando: o de que precisamos de combater o desânimo e a indiferença, denunciar os aventureirismos e a instrumentalização das pessoas, reforçar as solidariedades cimentadas no diálogo e no esclarecimento mútuo, enriquecer os utensílios críticos de análise da(s) realidade(s), dinamizar o espírito de acção e de luta com a certeza de que sem um combate empenhado não é possível alterar uma cada vez mais adversa circunstância em que nos querem fazer mergulhar.

**É** urgente portanto limpar os advérbios do discurso do poder político e tornar claro que o Governo apoia a guerra contra o povo do Iraque; que o Governo condenou os professores e os trabalhadores da Administração Pública a ganharem em 2003 menos do que ganhavam em 2002; que o Governo quer precarizar a estabilidade de emprego docente através de uma injustificada e injusta redução de vagas; que o Governo quer degradar o estatuto da carreira docente impondo uma apressada e amiúde anunciada revisão do ECD; que o Governo pretende rever a LBSE por um processo que mesmo que se venha a saldar pela imposição de uma nova lei apoiada numa circunstancial maioria parlamentar em nada incomodará os actuais Senhores do poder político, afirmando eles deste modo que a lei-quadro da educação poderá e até deverá ser revista de 4 em 4 anos de acordo com cada uma das maiorias parlamentares; que o Governo pretende transformar as escolas em empresas e deitar às malvas a vertente pedagógica do seu funcionamento; que o Governo está muito preocupado com o abandono escolar, com o insucesso escolar e com a baixa qualificação dos trabalhadores mas, simultaneamente, desenvolve políticas que visam a elitização do sistema educativo e minam os alicerces de uma escola verdadeiramente democrática.

Aqui fica então o apelo a uma intervenção firme e reflectida e o apelo à coragem. À coragem de também mostrar que *o rei vai nu* quer se passeie no reino do económico, do social, do político, do cultural ou do educacional.

Combater *o rei que vai nu* é um passo indispensável no sentido de evitarmos que o futuro seja despido de esperança. ■

## Professores portugueses são os mais bem pagos da Europa?

# Só por ligeireza de análise...

O Jornal "Expresso", de 8 de Fevereiro, publicou uma notícia na primeira página intitulada "Professores são os mais bem pagos da Europa", afirmando-se no primeiro parágrafo de tal notícia que "os professores portugueses são os mais privilegiados da Europa, auferindo salários — tanto no topo, como na base da carreira — superiores a todos os seus colegas da União Europeia"¹...

Estranhamos que um jornal como o "Expresso", que nos habituou a um certo rigor, tenha publicado a referida notícia de forma tão ligeira, sem se ter dado ao trabalho de analisar o conteúdo do estudo de que partiu para produzir as citadas afirmações.

São de facto afirmações abusivas que não podem ser extraídas do relatório citado, "Os números chave da Educação da União Europeia", publicado pela rede de estatística europeia, Eurydice. Para repor a verdade dos números e permitir aos leitores as conclusões adequadas, apresenta-se, nos quadros 1 e 2, a comparação dos salários dos professores conforme consta no referido estudo.

Para que fique claro, e como consequência dos valores dos quadros 1 e 2, apresentam-se no quadro seguinte os países da U.E. cujos salários dos professores são mais baixos e mais elevados do que os dos professores portugueses, para os vários níveis considerados no estudo citado.

No termo da carreira, os salários brutos dos professores portugueses, corrigidos pelo custo de vida, são inferiores aos dos professores do Luxemburgo (ensino primário), aos dos professores de Espanha e do Luxemburgo (secun-

dário inferior) e aos dos professores da Bélgica, da Alemanha, da Espanha, do Luxemburgo, da Holanda e da Áustria (secundário superior). Contudo é necessário sublinhar que na carreira dos docentes em Portugal os impulsos indiciários mais significativos se dão a partir do 8º escalão (18 anos de serviço). Entre este escalão e o escalão do topo da carreira (26 anos de serviço), os salários têm um aumento de 38%. Reconhecendo-se que no topo da carreira os salários dos professores portugueses estão entre os mais valorizados, deve contudo sublinhar-se que durante os primeiros 18 anos da carreira, os professores portugueses estão bem longe de serem os mais bem pagos da Europa.

No caso de não se proceder à correcção de salários pelo custo de vida, a comparação dos salários entre professores portugueses e professores europeus seria, naturalmente, mais penosa para os portugueses. De facto, comparando apenas os euros recebidos pelos professores dos vários países da Europa dos 15, independentemente do custo de vida nas várias capitais, na generalidade dos casos, os salários dos professores portugueses são inferiores aos dos seus colegas europeus. No início da carreira, os salários brutos dos professores portugueses são os mais baixos de todos os países da Europa dos 15; no final da carreira, os salários dos professores portugueses são inferiores a muitos dos seus colegas europeus: aos da Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Holanda, Irlanda e Luxemburgo (no ensino secundário inferior e no ensino secundário superior), e aos da Alemanha, Áustria, Dinamarca, Irlanda e Luxemburgo Espanha e do Luxemburgo (no ensino primário).

Não se compreende, por isso, como é que estes dados, retirados do tal estudo citado pelo "Expresso" de 8 de Fevereiro, poderiam ter dado origem ao título da primeira página: "Professores são os mais bem pagos da Europa"¹.



### Comparação dos salários brutos entre professores portugueses e seus colegas da U.E.-15, em 1998, corrigidos pelo custo de vida

No início da carreira:	Países com salários superiores	Países com salários inferiores
Primário	Todos da U.E.-15, à excepção do Reino Unido	Reino Unido
Secundário inferior	Todos da U.E.-15, à excepção do Reino Unido	Reino Unido
Secundário superior	Todos da U.E.-15, à excepção do Reino Unido	Reino Unido
No termo da carreira:		
Primário	Luxemburgo	Todos os restantes da U.E.-15
Secundário inferior	Espanha, Luxemburgo	Todos os restantes da U.E.-15
Secundário superior	Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Holanda e Luxemburgo	Todos os restantes da U.E.-15

### Quadro 1

– Salários brutos dos docentes em Euros de acordo com taxas de conversão definidas em 31 de Dezembro de 1998

Salários anuais brutos dos docentes, em euros, Primário, Secundário Inferior e Secundário Superior

	Em Euros					
	Nível Primário		Secundário Inferior		Secundário Superior	
	Salários anuais brutos		Salários anuais brutos		Salários anuais brutos	
U.E. 15	Min. Prim.	Max Prim	Min. Sec. Inf.	Max. Sec. Inf.	Min. Sec. Sup.	Max. Sec. Sup.
Bélgica	18881,78	31157,51	19347,40	34244,06	24378,15	43662,08
Dinamarca	26891,85	35316,85	26891,85	35316,85	30722,55	42155,43
Alemanha	30926,00	40403,31	36325,24	44943,07	37137,17	45755,00
Grécia	13610,80	20160,87	14003,53	20553,10	14003,53	20553,10
Espanha	18249,97	32581,49	22269,24	39802,18	22269,24	39802,18
França	17437,88	33157,20	17437,88	33157,20	17437,88	33157,20
Irlanda	18806,09	35302,53	18162,33	35302,53	18162,33	35302,53
Itália	16146,47	23638,10	17528,19	26196,44	17528,19	27498,95
Luxemburgo	35694,76	73379,01	48936,49	89200,10	48936,49	89200,10
Holanda	23000,76	33198,11	23865,21	36468,05	24094,37	48594,42
Áustria	20817,42	44603,17	20817,42	44603,17	22940,78	55051,05
Portugal	12276,41	33966,14	12276,41	33966,14	12276,41	33966,14
Finlândia	18680,97	25886,14	20649,78	31314,74	21271,06	31917,02
Suécia	18331,37	21363,10	19741,48	22773,21	20446,53	23478,26
Reino Unido	14996,30	27103,70	14996,30	27103,70	14996,30	27103,70

Taxa de Conversão: Bélgica (40,3399); Dinamarca (7,36); Alemanha (1,95583); Grécia (305,55); Espanha (166,386); França (6,55957); Irlanda (0,787564); Itália (1936,27); Luxemburgo (40,3399); Holanda (2,20371); Áustria (13,7603); Portugal (200,482); Finlândia (5,94573); Suécia (8,51); Reino Unido (0,81).

Taxas de conversão irrevogáveis para o EURO, definidas em 31 de Dezembro de 1998, na base da taxa do ECU em 31 de Dezembro de 1998. Nos casos da Dinamarca, Grécia, Suécia e Reino Unido, as taxas de conversão respeitam a 1996 (Statistique de base de l'Union européenne, 1996) Fonte: Eurydice (salários) e Banco de Portugal, 1998 (taxas de conversão irrevogáveis para o euro)

### Quadro 2

– Salários brutos dos docentes, corrigidos pelo custo de vida, em euros

Salários anuais brutos corrigidos (1) dos docentes, em euros, primário, secundário inferior e secundário superior

	Em Euros						Comparação do Custo de Vida na UE Bélgica = 100 (2)	Índice do Custo de Vida total sem habitação
	Nível Primário		Secundário Inferior		Secundário Superior			
	Salários anuais brutos		Salários anuais brutos		Salários anuais brutos			
	Mín. Prim	Máx.Prim.	Min. Sec. Inf.	Máx. Sec. Inf.	Mín. Sec. Sup.	Máx.Sec. Sup.		
Bélgica	18881,78	31157,51	19347,40	34244,06	24378,15	43662,08	100,0	100
Dinamarca	21513,48	28253,48	21513,48	28253,48	24578,04	33724,35	125,0	133
Alemanha	27612,50	36074,38	32433,25	40127,74	33158,19	40852,68	112,0	107
Grécia	15644,60	23172,84	16096,02	23624,25	16096,02	23624,25	87,0	89
Espanha	20054,92	35803,84	24471,69	43738,66	24471,69	43738,66	91,0	88
França	15032,66	28583,80	15032,66	28583,80	15032,66	28583,80	116,0	106
Irlanda	20441,40	38372,31	19741,67	38372,31	19741,67	38372,31	92,0	93
Itália	16645,84	24369,18	18070,30	27006,64	18070,30	28349,43	97,0	95
Luxemburgo	35694,76	73379,01	48936,49	89200,10	48936,49	89200,10	100,0	100
Holanda	21905,48	31617,24	22728,77	34731,47	22947,02	46280,40	105,0	97
Áustria	18102,11	38785,37	18102,11	38785,37	19948,50	47870,48	115,0	106
Portugal	14614,78	40435,88	14614,78	40435,88	14614,78	40435,88	84,0	80
Finlândia	15966,64	22124,91	17649,38	26764,74	18180,40	27279,51	117,0	124
Suécia	15535,06	18104,32	16730,07	19299,33	17327,57	19896,83	118,0	121
Reino Unido	13040,26	23568,44	13040,26	23568,44	13040,26	23568,44	115,0	91

(1) - Statistique de base de l'Union Européenne, 1996.

(2) - Considerou-se o índice total (com habitação). Este índice é construído na base do preço de 3000 bens e serviços em Bruxelas e noutras capitais dos vários países.

O valor do índice utilizado para o Luxemburgo foi o valor da Bélgica.

# “Professor Actor de Mudança”

## Afirmação da Escola Pública e Reforço do Prestígio Profissional e Social dos Docentes



As principais reivindicações dos docentes e o desenvolvimento da campanha “Professor, Actor de Mudança” foram os temas centrais da conferência de imprensa que a FENPROF convocou para 5 de Março na cidade de Coimbra e na qual esteve presente o Secretário Geral da Federação, Paulo Sucena. Nestas páginas deixamos à apreciação dos nossos leitores o essencial da informação prestada aos jornalistas. Como foi salientado em Coimbra, “a FENPROF responsabiliza desde já o poder político por quaisquer situações de instabilidade, decorrentes da acção e da luta dos professores e educadores portugueses, que venham a surgir no final do presente ano lectivo.”

### Primeira fase da campanha decorreu com o êxito esperado

A FENPROF decidiu promover, ao longo de todo o ano lectivo em curso, uma Campanha Nacional designada “Professor Actor de Mudança”.

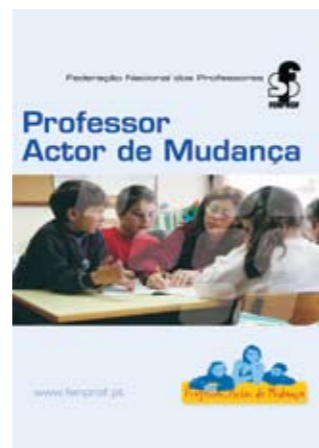
Tal como foi oportunamente divulgado pela Federação, esta é uma iniciativa de defesa e afirmação da escola pública e de reforço do prestígio profissional e social dos docentes.

A Campanha Nacional “Professor Actor de Mudança” tem contado, como estava previsto, com diversas iniciativas de debate, de reflexão e de luta em torno de aspectos muito importantes do sistema educativo português, onde relevam o funcionamento das escolas, a qualidade da resposta educativa e as condições de exercício da profissão docente.

No momento em que os professores vivem um tempo de grande instabilidade, tanto de emprego como profissional; em que se concretizam cortes significativos nos orçamentos das escolas, consequência de reduções de grande significado feitos no Orçamento da Educação; em que o Governo atenta contra os serviços públicos e os direitos e salários de todos os trabalhadores, com o Ministério da Educação a aplicar essas medidas políticas às escolas e aos professores; a Campanha Nacional “Professor Actor de Mudança” tem sido, e continuará a ser, uma resposta adequada dos professores e educadores portugueses à política educativa do actual governo.

No âmbito desta campanha, foi distribuída aos professores uma agenda da FENPROF que contém não só o Estatuto da Carreira Docente, como um conjunto de outra informação e legislação que contém os seus direitos e deveres profissionais, procurando a FENPROF que estes, conhecendo bem as regras de exercício da sua profissão, pugnem pelo seu cumprimento.

Simultaneamente, foi elaborado e



enviado para as escolas um cartaz onde diversas personalidades da vida nacional se referem à importância dos professores e do seu trabalho.

Integradas na campanha, a FENPROF levou a efeito um conjunto de iniciativas de grande importância e relevo no debate nacional sobre Educação, destacando-se o Forum Nacional “Por uma nova escola do 1º

Ciclo do Ensino Básico”, iniciativa organizada em conjunto com a CONFAP, que teve lugar no dia 8 de Novembro; o Encontro Nacional da Educação Pré-Escolar, iniciativa realizada em 28 e 29 de Novembro; o Encontro Nacional sobre Ensino Secundário de onde resultou um dos melhores e mais fundamentados pareceres sobre a revisão curricular proposta pelo Governo; e o Colóquio sobre o financiamento e o futuro do Ensino Superior em Portugal, realizado em Fevereiro passado (foto).



Para além da reflexão e afirmação de posições e princípios, esta campanha tem também contado com iniciativas nacionais de denúncia e luta contra situações que afectam as escolas e os professores, de entre as quais se destacou a Caravana da Instabilidade.

### Campanha entra em fase de elevada importância

A Campanha Nacional “Professor Actor de Mudança” vai continuar e entra

agora numa fase muito importante do seu desenvolvimento. Uma fase que coincide com a anunciada apresentação, pelo Governo, de diversas iniciativas legislativas, designadamente no âmbito da gestão das escolas e do seu carácter inclusivo, bem como da carreira dos professores. Uma fase que, segundo se retira de diversas declarações públicas de responsáveis políticos da Educação, culminará com a apresentação de um projecto de lei na Assembleia da República, visando rever a Lei de Bases do Sistema Educativo.

Procurando responder a este período de intensa actividade, a FENPROF promove as seguintes iniciativas com professores e educadores:



- Encontro Nacional sobre Gestão Democrática, já marcado para o dia 25 de Março, em Lisboa, onde se reunirão cerca de meio milhar de docentes, muitos dos quais desempenham ou já desempenharam funções em órgãos de direcção e gestão das escolas;

- Lançamento e publicitação de um “site” de denúncia das más condições de trabalho no 1º Ciclo do Ensino Básico e da degradação dos seus edifícios e equipamentos. A apresentação desta iniciativa teve lugar em 6 de Março, em Mafra (foto).

- Um Tribunal de Opinião Pública em defesa da Escola Inclusiva. Esta iniciativa deverá concretizar-se em Maio. Esta iniciativa está já em preparação, através da reflexão, do debate e da tomada de posição sobre o projecto de diploma legal apresentado pelo Governo para rever a legislação



que estabelece a integração de crianças com necessidades educativas especiais em escolas de ensino regular.

- Promoção, a nível nacional, embora de forma descentralizada pelas capitais de distrito e regiões autónomas, de um Encontro de Professores e Educadores com os seguintes temas: “O que faz falta à democratização da Escola”, que compreende um conjunto de reflexões em torno da Lei de Bases do Sistema Educativo, e “O (bom/mau) desempenho da escola - serão os professores os culpados?!”, mais relacionado com a avaliação, quer das escolas, quer do desempenho docente.

- II Forum Nacional “Unir vozes em defesa da Escola Pública”, iniciativa que encerrará a Campanha Nacional tendo lugar no final do ano lectivo.

### Reforçar imagem e visibilidade

Para além das iniciativas previstas, este é o momento, também, de lançar a campanha de imagem que dará visibilidade e notoriedade pública à Campanha “Professor Actor de Mudança”. Integram esta fase da campanha o lançamento de um logotipo, bem como de um cartaz que será divulgado nas escolas e, publicamente, em MUPI's para afixação de rua, de onde ressalta a atitude profissional docente. Todas as nossas iniciativas contarão com este cartaz, sendo também esta a contracapa de todas as publicações da FENPROF e dos seus Sindicatos até final do ano lectivo.

Esta campanha de imagem é de grande importância num momento em que, notoriamente, o Governo e o Ministério da Educação em particular, promovem uma grande ofensiva contra os professores e educadores portugueses, no sentido da sua desvalorização aos olhos da sociedade, por razões que facilmente se adivinham. Contrariá-la e promover a profissão de professor é um dos grandes objectivos que animam a Campanha “Professor Actor de Mudança”.

### Sistema educativo, escolas e professores confrontam-se com uma política educativa muito negativa

Nesta Conferência de Imprensa, cujo texto agora divulgamos, para além de se fazer a divulgação da Campanha “Professor Actor de Mudança”, num momento

muito importante do seu desenvolvimento, a presença do Secretário-Geral da FENPROF teve o objectivo de tornar públicas as principais decisões da FENPROF, tomadas pelo seu Conselho Nacional (órgão máximo entre Congressos) e que apontam para um conjunto de iniciativas, acções e lutas que, a não ser alterado o actual rumo da política educativa em Portugal, poderão vir a coincidir com um período muito importante do ano lectivo, o seu encerramento.

Sendo sintéticos no texto e procurando ir ao encontro das preocupações manifestadas pelo Conselho Nacional da FENPROF, eis algumas das principais questões que foram abordadas pelo Secretário-Geral, Paulo Sucena, acusando o Ministério da Educação de mentir em relação à avaliação do papel que os professores tiveram nos últimos 28 anos. Neste sentido negou que:

- as dificuldades de funcionamento das escolas residam na falta de profissionalismo dos professores na sua gestão;

- os seus recursos estejam a ser desperdiçados e mal geridos pelos professores que foram eleitos para os órgãos de direcção e gestão das escolas.

Mais adiante acentuou o facto de:

- A instabilidade que assola os profissionais docentes, com a precariedade a perder protagonismo para o desemprego, estar a ter consequências na qualidade das respostas educativas.

- Não poder ser imputada aos professores a responsabilidade do mau desempenho do sistema educativo português;

- Qualquer reorientação da avaliação do desempenho docente, fazendo-a assentar em critérios meritocráticos, não conferir mais qualidade ao ensino;

Paulo Sucena exigiu, ainda, que o ME clarifique as suas intenções relativamente à manipulação de dados estatísticos, através da qual se procura levar a crer que os professores portugueses são os mais bem pagos da Europa e, ao mesmo tempo, o Governo lhes impõe, em 2003, a estagnação salarial.

O Secretário Geral da FENPROF lançou ainda o repto a David Justino para que clarifique perante o País “que Sistema Educativo pretende o Governo, com a alteração anunciada da sua Lei de Bases e tendo em conta algumas das medidas que, de forma avulsa, vêm sendo tomadas ou propostas

(revisão curricular no secundário, integração de alunos com n.e.e., entre outras)”.  
de organizações ditas sindicais, mas que não têm qualquer representatividade junto dos educadores e professores portugueses.

## FENPROF discute luta nas Escolas



A FENPROF, no seu Conselho Nacional manifestou um profundo desacordo com a actual política do Governo, designadamente para a Educação. É uma profunda desconfiança em relação à capacidade de diálogo e de negociação deste, visíveis na forma como tem aprovado legislação, como anuncia as suas propostas e como utiliza, para legitimar as suas posições, um conjunto

de organizações ditas sindicais, mas que não têm qualquer representatividade junto dos educadores e professores portugueses.

Daí, o Conselho Nacional da FENPROF ter aprovado que o mês de Março e a primeira quinzena de Abril serão essencialmente dedicados ao esclarecimento e ao debate com os professores. A forma de trabalhar juntamente com os professores passará pela realização de plenários, debates, reuniões nas escolas ou simples encontros em tempo de intervalo. Torna-se também muito importante, neste período de tempo, a elaboração de múltiplos folhetos de informação e esclarecimento, quer para distribuição, quer para afixação nos painéis sindicais que existem nas escolas. Será, ainda, prioridade, para o trabalho a desenvolver pela FENPROF, o diálogo com os parceiros educativos, na certeza de que a resolução dos problemas da Educação passam pela convergência de esforços de todos eles.

Ao longo deste período de trabalho e intervenção directa nas escolas será levada a efeito uma iniciativa de avaliação das políticas educativas e dos seus protagonistas, que envolverá um elevado número de professores e educadores. Os resultados deste

trabalho serão divulgados no 3º período do ano lectivo.

Maio e Junho serão meses de acção. A FENPROF prevê que a existirem processos formais de negociação ou tentativas de imposição de novos quadros legais, terão lugar nessa altura, pelo que será também a oportunidade de agir.

Provavelmente diversas acções e lutas coincidirão com períodos muito sensíveis do ano, designadamente as que vierem a realizar-se no seu final. Como é evidente, nunca é de bom grado que os professores desenvolvem as suas lutas nesses momentos muito importantes do ano lectivo. Mas também não pactuarão com tácticas ministeriais que remetem para essa altura a aprovação de medidas que têm por consequência a desvalorização, a desregulação e a criação de situações ainda mais instáveis do exercício profissional da docência e do funcionamento das escolas públicas.

Sendo assim, a FENPROF responsabiliza desde já o poder político por quaisquer situações de instabilidade, decorrentes da acção e da luta dos professores e educadores portugueses, que venham a surgir no final do presente ano lectivo. ■

## Opinião

# Neoliberalismo com as garras de fora Foi você que pediu um fundo de pen\$ões?

A nova Lei de Bases da Segurança Social aprovada pelo governo PSD/CDS foi publicada em 20 de Dezembro de 2002 (Lei 32/2002) e entrou em vigor em 20 de Janeiro. Revogando a anterior lei aprovada pelo governo Guterres, a qual, após um participado processo negocial que levou à sua aceitação pela maioria dos parceiros sociais, incluindo a CGTP-IN.

Convém tornar claro o que tornou esta matéria de tão grande urgência para o actual governo: a Segurança Social movimenta muitos milhões de contos de descontos obrigatórios quer por parte dos trabalhadores, quer por parte das entidades patronais — o que a torna um bolo extremamente apetecível nomeadamente para o capital financeiro.

A nova lei altera profundamente o modelo de protecção social que estava em vigor, diminuindo sensivelmente o papel do Estado na concretização dos direitos sociais e transferindo uma parcela significativa dos fundos recolhidos numa gestão pública para uma gestão privada.

Assim, a Segurança Social anterior tinha uma única componente para a qual revertiam todos os descontos efectuados — o Sistema Público de Segurança Social, enquanto no novo modelo o Sistema Público de Segurança Social é apenas uma das componentes para a qual os descontos só são obrigatórios até um determinado tecto (plafonamento) e integra três subsistemas: o previdencial, o de solidariedade e o de protecção familiar.

A partir desse tecto quer os trabalhadores, quer as respectivas entidades patronais, deixam de ser obrigadas a contribuir para o Sistema Público, podendo optar por um Sistema Complementar que pode ser privado, ou de carácter mutualista.

Este Sistema Complementar é estabelecido em igualdade com o Sistema Público, não sendo claro na lei como se estabelece a opção entre contribuir para o Sistema Público ou para o Complementar, podendo eventualmente ser estabelecida no contrato individual de trabalho a assinar pelo trabalhador ao ser contratado.

Desta forma, são transferidas para uma gestão privada grande parte das receitas



geradas para efeitos de Segurança Social, quebrando-se, por outro lado, o princípio da solidariedade, pois os rendimentos mais elevados deixam de contribuir para um regime de repartição, o que, além disso, põe em causa a sustentabilidade financeira da Segurança Social devido a essa redução de receitas.

Considera o governo, na sua argumentação, que o novo sistema também reduz as despesas correspondentes aos mais elevados rendimentos, só que a limitação de receitas é imediata e a das despesas é mais diferida no tempo, pois de um modo geral só se verifica para o final e após a carreira contributiva.

De igual modo é posta em causa a solidariedade intergeracional e interprofissional pois como sabemos na Segurança Social são as receitas dos trabalhadores no activo que pagam as despesas dos doentes ou aposentados e os tectos contributivos do novo sistema aplicam-se aos trabalhadores que iniciam a sua carreira contributiva e aos em exercício

com idade igual ou inferior a 35 anos e carreira contributiva não inferior a 10 anos.

Em suma, a Segurança Social com esta lei transforma-se num negócio para as Seguradoras que vão apressar-se a constituir Fundos de Pensões por elas geridos.

Como a lei para entrar plenamente em vigor precisa de ser regulamentada num múltiplo conjunto de aspectos como o estabelecimento dos limites contributivos, o funcionamento dos Fundos de Pensões, etc, importa estar atento de forma a que os trabalhadores e o movimento sindical exerçam a sua capacidade de contestação e de luta, quando os correspondentes diplomas forem apresentados, de forma a que sejam o mais conformes possível com os nossos interesses. ■

Oscar Soares

Membro do Secretariado Nacional da FENPROF

## Tabelas salariais da função pública: Nova acção de propaganda do Governo

Governo efectuou no passado dia 13 de Março nova acção de propaganda em torno das tabelas salariais da Administração Pública para 2003, manipulando os números e tentando passar a ideia de que os trabalhadores da Administração Pública teriam um aumento extraordinário dos seus salários em 2003, salienta a *Frente Comum* numa nota em que acrescenta:

- “Aquilo que o Governo anuncia não se trata de qualquer “nova” tabela para os trabalhadores da administração pública, mas apenas a divulgação repetida da decisão, unilateralmente imposta pelo Governo aos Sindicatos, da reunião de 29 de Janeiro;

- Deste facto não resulta qualquer “aumento” salarial, pois os valores impostos significam uma brutal redução do poder de compra dos salários dos trabalhadores da Administração Pública, uma vez que a actualização parcial dos salários é muito abaixo da inflação prevista (até pelo próprio governo), os quais estão profundamente desvalorizados pelo galopante aumento dos preços diariamente anunciados.”

Também a manobra do governo de fazer coincidir mais uma das suas acções de propaganda com uma acção de luta da Frente Comum, [Plenário Nacional de Dirigentes e Delegados Sindicais] manipulando os órgãos de comunicação social não é uma actuação inédita.

É apenas uma nova acção governamental de contra-informação, no sentido de confundir a opinião pública e prosseguir o seu ataque à dignidade de todos os trabalhadores da administração pública.

A Frente Comum regista que “a coincidência da manobra com o dia do plenário de dirigentes e delegados sindicais da Frente Comum (no dia 13 de Março) revela o reconhecimento e temor face à capacidade combativa e organizativa dos Sindicatos desta estrutura sindical e ao crescente descontentamento dos trabalhadores da administração pública.”

O anúncio de aumentos salariais entre 2 a 4 pontos como era, aliás, divulgado por um órgão de comunicação social, ensombram a

própria dignidade do Governo porque induz os portugueses a pensarem que os trabalhadores da administração pública vão ter aumentos superiores à inflação. A falsidade e a intencionalidade com que o Governo e Manuela Ferreira Leite informam a opinião pública sobre os efeitos das suas políticas começam a tomar uma dimensão demasiado grave para ser ignorada.

### Salários dos docentes cada vez mais desvalorizados

Coincidindo com a realização de uma iniciativa de protesto da Administração Pública, foi divulgada mais uma notícia, plena de demagogia, que pretende passar a ideia de ter existido, este ano, um aumento salarial para os trabalhadores da Administração Pública.

Não houve! Os salários na Administração Pública em 2003 serão realmente inferiores aos do ano anterior, sofrendo uma desvalorização que se situará entre 1% e 2,5%.

No caso específico dos professores, a desvalorização será para quase todos de 2,5%, uma vez que o Governo decidiu, unilateralmente, congelar os salários superiores a 1000 euros (200 contos) ilíquidos.

O exemplo que foi divulgado no dia 13 de Março sobre o salário dos professores é, no mínimo, caricato.

Por um lado, porque o 1.º escalão (índice 108 - vencimento 887,84 euros), corresponde ao ingresso dos bacharéis na carreira e é já hoje o mais baixo de todos dentro da União Europeia; por outro, ainda que existisse, um aumento de 1,85% significaria uma perda no mínimo de 0,65% do salário real e traduzir-se-ia num aumento real de 16,43 euros, ou seja, de 55 cêntimos por dia.

Por todas as razões aduzidas, a FENPROF denuncia a campanha demagógica que o Governo mantém em relação aos salários dos trabalhadores da Administração Pública e continua a exigir uma efectiva valorização material das carreiras e das tabelas salariais. ■

# Os 25 anos do SPM

**Por vontade dos Professores, em 12 de Março de 1978 nasceu o Sindicato dos Professores da Madeira. Júlia Caré, da Direcção do SPM, fala ao "JF" destes 25 anos de vida, de luta e de intervenção**



Júlia Caré

**JF - 25 anos de vida do SPM. Fala-nos um pouco do contexto e das condições político-sociais em que o Sindicato nasceu.**

**Júlia Caré (J.C.)** - Foi a aurora de Abril que possibilitou na Madeira e à semelhança do todo nacional a concretização do associativismo sindical, que durante a época Salazarista tinha sido suprimido. Os professores madeirenses, maioritariamente do então Ensino Primário começaram a movimentar-se no sentido de criar uma organização de classe que desse voz às suas preocupações sobre as condições de trabalho nas escolas. Citando Maria Teresa Pinheiro, uma das nossas pioneiras, "eram infundáveis reuniões com salas cheias, onde tudo se reivindicava, tudo se queria porque nada se tinha!" O ano de 1977 foi o ano da redacção dos estatutos a que se seguiu a Assembleia Constituinte na memorável tarde de Sábado 12 de Março de 1978 no Auditório da ex. Caixa de Previdência do Funchal, onde 280 professores assinaram a acta de constituição do SPM. Entretanto estabeleceu-se contacto com outros Sindicatos afins do Continente, não só para apoio logístico, tendo-se chegado a discutir se se enveredaria por Sindicatos nacionais ou regionais. Foi um trabalho árduo, este semear da semente sindical, a construção de uma estrutura representativa da classe. Foi preciso percorrer a ilha de lés a lés para não só discutir os estatutos, mas também eleger delegados sindicais que passassem a palavra. A democracia foi rainha em todo este processo. Debateu-se, alterou-se, votou-se, aprovou-se, publicou-se, elegeram-se, construiu-se. Dedicção, sacrifício, mobilização, militância, utopia — desta argamassa se talharam os alicerces do SPM.

**JF - O SPM, hoje. Como é que caracteriza a vida e a acção do Sindicato? Como é que se desenvolve a ligação do SPM aos professores e às escolas da Região?**

**J.C.** - O SPM é actualmente a maior organização sindical docente da Região. Num universo de cerca de 6000 professores, temos 3.500 sócios. A nossa acção tem procurado ir de encontro às solicitações dos Professores e da Educação, num processo evolutivo, crescente e pluridisciplinar. Porque o sistema educativo também cresceu e as necessidades dos docentes também. A dignificação da classe e a defesa de uma Educação de qualidade encerram factores que vão além da mera reivindicação sindical restrita com que muita gente pretende encarar a acção do nosso associativismo. A formação de professores tem vindo a ganhar um papel importante e constitui uma faceta primordial das solicitações dos nossos colegas, a par de todo o tipo de apoio sindical. As nossas Jornadas Ped-

agógicas já ganharam tradição e o nosso Centro de Formação - o único Centro de Formação de Professores da Região - tem-se esforçado por dar a resposta possível, descentralizada, estabelecendo protocolos com as Comissões de Formação Permanente das Escolas - uma estrutura criada pela Secretaria Regional de Educação nas escolas do 2º e 3º C.E.B. e Ensino Secundário. O contacto com as escolas, as "visitas" como nós lhe chamamos, as reuniões concelhias, as assembleias de delegados, o atendimento personalizado na sede do Sindicato, o apoio jurídico, as actividades culturais de que salientaria a vitalidade e dinamismo do nosso Departamento de Aposentados, a nossa festa de Natal para os filhos dos sócios, as nossas conferências temáticas - tudo faz parte do dia-a-dia, não só dos professores e educadores mas também da sociedade madeirense.

**JF - Um breve comentário à actuação do Governo Regional em matéria de política educativa. Como se processa o diálogo entre o Sindicato e o Governo?**

**J.C.** - Os nossos 25 anos de existência coincidem com o tempo de governação do actual presidente do Governo, de quem toda a gente no país conhece o perfil. Citaria como curiosidade um episódio ocorrido no início de Janeiro último, aquando da visita do actual Ministro da Educação à Madeira. Aparentemente o presidente do Governo terá recebido em audiência o outro Sindicato (afecto à FNE) para se inteirar dos problemas da Educação na Madeira e poder expô-los ao Ministro. Questionado pelos jornalistas sobre se não lhe interessaria saber a nossa opinião, a opinião do SPM, Alberto João Jardim respondeu aos microfones "Esse é só para o folclore."

O SPM sempre marcou a sua actuação face à tutela e desde a primeira hora pela independência, pela coerência, pela persistente defesa dos seus pontos de vista, que, como é natural, raramente coincidem com as opções políticas, não se coibindo de apontar, criticar e denunciar a atitude prepotente que os diversos responsáveis governativos têm tomado ao longo destes anos. As relações institucionais do SPM, com a Secretaria de Educação têm tido por vezes alguns pontos de fricção em alguns aspectos da política educativa regional. A não homologação de alguns Conselhos Directivos eleitos nos anos 80, a criação da Escola do 1º Ciclo e Pré-Escolar a Tempo Inteiro, o Diploma Regional de Autonomia e Gestão das Escolas, Dec. Leg. Reg. n.º4/2000/M, que neste momento aguarda decisão do Tribunal Constitucional sobre a sua inconstitucionalidade, são alguns exemplos.

Como é de calcular, não é fácil ser uma voz discordante no meio de uma hegemonia política tão prolongada no tempo, mas ao SPM nem sequer se põe a hipótese de actuar de outra maneira que não a afirmação das suas convicções e a defesa dos seus princípios, qualquer que seja a filosofia político-partidária que ocupe a cadeira do poder.

**JF - O S.P.M. e os desafios do futuro. Que projectos, que objectivos no horizonte do SPM?**

**J.C.** - Vamos procurar dar resposta às solicitações dos nossos associados, aumentar as nossas sindicalizações e continuar a pugnar pela dignificação da classe e em defesa da escola pública de qualidade é o nosso lema. A frequência dos Complementos de Formação pelos nossos colegas bacharéis tem na Região um *handicap* difícil de resolver. A única instituição de Ensino Superior, a Universidade da Madeira, tem-se mostrado incapaz de dar resposta efectiva às necessidades, quer em número quer em diversidade de cursos. O SPM gostaria de poder contribuir para colmatar esta carência, estando no momento a encetar contactos, a sondar hipóteses de obviar não só outros Complementos de Formação em uma outra instituição, mas também outro tipo de formação, Mestrados, Pós-Graduações, etc... Outro sonho que a actual Direcção acalenta com muito carinho é o desejo de um dia poder ter uma sede concebida num edifício de raiz, onde para além de um auditório suficientemente amplo para acolher as nossas assembleias e conferências, pudessemos ter instalações condignas a um melhor atendimento aos nossos sócios, acrescido de um centro de actividades para os nossos colegas aposentados, uma espécie de *Centro de Dia* onde os/as nossos/as colegas pudessem dar vazão aos seus talentos, preenchendo de maneira dignificada o "justo repouso do guerreiro".

**JF - O S.P.M. e os desafios que se colocam ao movimento sindical. Um breve comentário.**

**J.C.** - Os desafios que se colocam ao movimento sindical em geral são também sentidos pelo SPM. Em época de neo-liberalismo, de governos de direita, de recessão económica, de precariedade e instabilidade laboral, incerteza no amanhã (uma guerra iminente?) há que lutar contra o Adamastor do medo, o individualismo, a apatia e a indiferença. Há que fazer das fragilidades unidas a força que derruba a muralha do egoísmo e acreditar que a solidariedade é o caminho.

Entrevista de José Paulo Oliveira

## Dança Contemporânea "Silicone Não"

29 de Abril: estreia no Teatro Viriato, em Viseu

**A** Companhia Paulo Ribeiro, numa co-produção com o Teatro Nacional S. João, Coimbra 2003 - Capital Nacional da Cultura e Teatro Viriato / CRAE das Beiras, vai estrear em Viseu, no dia 29 de Abril, o espectáculo "Silicone Não", com concepção, direcção e coreografia de Paulo Ribeiro, texto de Jacinto Lucas Pires, música de Nuno Rebelo e dramaturgia de Ricardo Pais. A apresentação no Teatro Viriato (Lg. Mouzinho de Albuquerque) decorrerá até 3 de Maio. Está confirmada uma digressão por Lisboa (Teatro Nacional D. Maria II), Montemor-o-Novo (Teatro Curvo Semedo), Porto (Teatro Nacional S. João) e Coimbra (Teatro Académico Gil Vicente).

Paulo Ribeiro apresenta assim "Silicone Não": "A realidade e a forma como a dança a apreende têm sido para mim uma obsessão. Como uma tentativa para encontrar o verdadeiro sentido para o que faço. Uma espécie de necessidade de ser útil, de partir de um lugar comum para o tornar singular.

A matéria que justifica a criação deve ser densa. Deve funcionar como um desafio que nos leva a pensar de múltiplas formas. Assim, do anónimo, poderemos criar particularidades.

Criar só faz sentido quando nos lançamos em espaços que desconhecemos. Uma aposta na descoberta e no universo da exploração. Um viver na insegurança da surpresa, para deixar que tudo possa ser irremediavelmente diferente.

A confrontação é o motor que define a necessidade e a utilidade da exposição artística. Há muito que as minhas danças se envolvem num caos aparente.

Professores: desconto de 30 por cento nos espectáculos do Teatro Viriato (Viseu), com a apresentação de cartão sindical

## Vídeos de João Onofre em Lisboa

Até 18 de Maio, o Museu do Chiado, em Lisboa (Rua Serpa Pinto, 4), apresenta trabalhos em vídeo de João Onofre, artista que já esteve representado em instituições de grande prestígio internacional como a TATE Modern em Londres ou a Bienal de Veneza. Horário: às terças-feiras, das 14h00 às 18h00 e de quarta a domingo, das 10h00 às 18h00. ■



Paulo Ribeiro

A falsa desordem fascina-me.

Deixo-me seduzir pela saturação de informação que permite criar novos enigmas em cada representação.

Adoro a festa que dá lugar ao silêncio, o ritual estonteante que nos obriga a aspirar quietude e a fazer-nos crer que estamos mais próximos e em sintonia com o que desconhecemos.

O corpo é feito destas matérias de sonho e de músculo.

Para a nova criação desafiei três dramaturgos portugueses de escritas singulares. Cada um deverá escrever uma pequena história sobre o caos. A única regra é que esse caos seja material de afectos, de vida, impregnado de realidades.

Além dos interpretes, que serão matéria para todas as escritas, terei a orientação dramática de um encenador experiente na acção das palavras e também de um realizador de vídeo fascinado pela ilusão das imagens. Juntos, saberemos arrastar-nos para universos que desejaríamos realidade."

*Intérpretes: Constance Luttich, Leonor Keil, Marta Cerqueira, Marta Silva, David Lerat, Félix Lozano e Romulus Neagu. ■*

## Festa da Música no CCB

A música barroca italiana é o "prato forte" da 4ª edição da Festa da Música de Lisboa, que decorrerá de 25 a 27 de Abril no Centro Cultural de Belém, iniciativa conjunta do CCB e do CREA - centro francês de realizações e estudos artísticos. Muitos dos conjuntos que actuaram na "Folle Journée", realizada na cidade de Nantes em Janeiro passado, estarão agora na Festa de Lisboa. ■

## Festival de Guitarra de Coimbra



Depois dos primeiros concertos em Fevereiro e Março, o I Festival da Guitarra de Coimbra, programado por Paulo Soares e inserido nas actividades da Capital Nacional da Cultura, prossegue até Dezembro. Aqui fica a agenda até Julho:

- **17 de Abril:** concerto de etnojazz, com o trio de Artur Caldeira (guitarra clássica), Firmino Neiva (baixo) e Paulo Peixoto (percussões);

- **22 de Maio:** tango argentino clássico e moderno pelo "Porto Tango Ensemble" (guitarras, piano, violino e voz);

- **19 de Junho:** "A Guitarra e os Académicos", com Jorge Tuna e Francisco Filipe Martins (guitarra de Coimbra) e Luís Penedo (guitarra de Lisboa)

- **24 de Julho:** Duo de guitarras de Coimbra, com Rui Namora e António Andrade (guitarra clássica) e Amadeu Magalhães (fingerpicking-folk). ■

## "Um Toque de Jazz" 10 anos na Antena 2



Com autoria e apresentação de Manuel Jorge Veloso, o programa "Um toque de jazz" assinalou no mês

de Março dez anos consecutivos de emissões na Antena 2 da RDP. Por esse motivo, foi transmitido um ciclo especial de cinco programas (domingos, 24h00) que, evocando algumas emissões de há uma década, aprofundaram disciplinas relacionadas com matérias específicas do jazz, como a problemática da sua recepção, repertório e outros aspectos estruturais e formais do jazz, entre os quais a variação e a improvisação, como explica o próprio MJV. Parabéns! ■